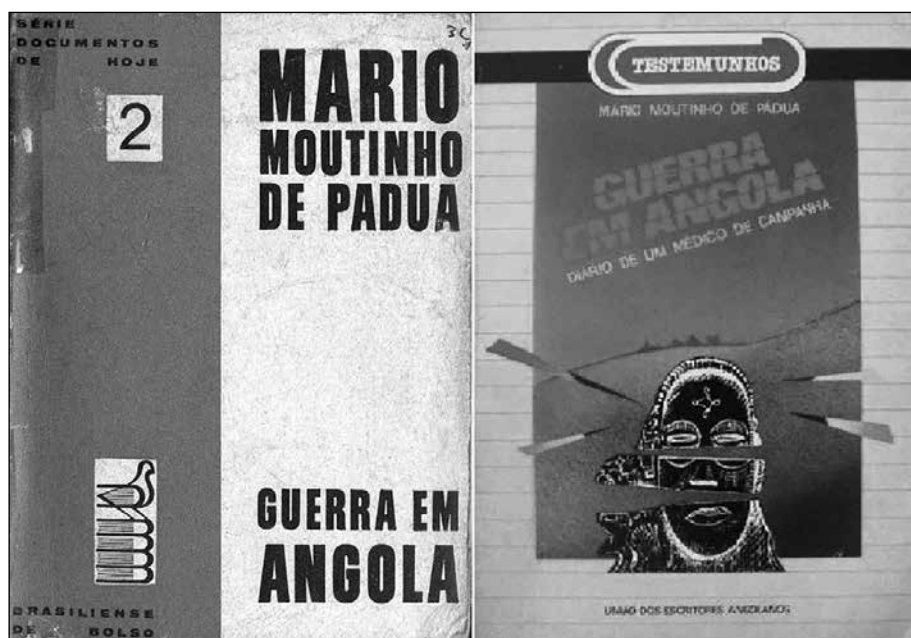


O COLONIALISMO E A GUERRA COLONIAL

O tráfico de escravos

Mário Pádua



Pelo tratado de Alcáçovas em 1479, fora garantido à Coroa portuguesa pelo Papa o monopólio do comércio abaixo do paralelo das Canárias e portanto o tráfico de escravos em África.

No início do século XVII, Angola fornecia o maior número de escravos africanos. A partir de meados do século XVII o desenvolvimento do Brasil e das colónias espanholas, inglesas, holandesas, dinamarquesas e francesas multiplica a migração forçada de escravos cujo total, até ao XIX século inclusive, rondou os 10 milhões de *peças*¹, sem contar os mortos durante os com-

(1) J.P. Marques – Portugal e a escravatura dos africanos – pp 58-60.

bates pela sua captura, os caídos no caminho para a costa, os falecidos nos entrepostos à espera de embarque e ainda os raptados pelos europeus e seus bandos. Nos barcos que atravessavam o Atlântico a mortalidade podia chegar aos 30% ou mesmo mais².

Portugal foi perdendo a primazia neste tráfico. No século XVIII ainda terá assegurado 31% dos escravos transportados através do Atlântico, a Grã-Bretanha 41.5%, a França 18.1%, a Holanda e outros países 10.4%³.

O povoamento das colónias por portugueses foi, até finais do século XIX, rarefeito em relação à desmedida extensão do interior, limitando-se às zonas costeiras. Os empresários responsáveis pelo tráfico para as Américas confiavam a tarefa de penetração nos territórios para angariar escravos a uma plêiade de aventureiros –negros, asiáticos (em Moçambique), mestiços– em certas regiões conhecidos por *pombeiros*, homólogos dos antigos *lançados*.

Ao longo de sucessivas gerações estes intermediários, incluindo alguns *libertos* (ex-escravos), resistentes às doenças endémicas, dominando os dialectos e costumes locais, conduziram milícias de escravos e ganharam proeminência na sociedade colonial. Os seus descendentes, os “filhos do país”, símbolo do “luso-tropicalismo”, começaram a ser incumbidos de tarefas administrativas constituindo o embrião de uma burguesia nacional que no fim do século XIX e durante o XX vai entrar em choque com os portugueses recém-vindos que os substituíam nas funções prestigiadas e frequentemente se apoderaram das suas terras com a complacência das autoridades.

A Conferência de Berlim (1884-1885) visou regular o comércio em África e definir fronteiras, até aí traçadas sem rigor. Porém limitou-se a confirmar a posse do litoral. Em 1886 foi reconhecida a Portugal uma zona de influência entre as possessões de Angola e Moçambique, desenhada no célebre “mapa

(2) B. Davidson - Mãe Negra pp. 124-127.

C. R. Dilolwa revela que em 1625 cinco navios brasileiros embarcaram em Luanda 1211 escravos. 585 morreram na viagem e 68 poucos depois do desembarque no Brasil – Contribuição à História Económica de Angola - p 16.

J.P. Marques cita Miller : em média de 100 escravos apanhados em Angola, 25 morriam no transporte até às feiras no interior, 11 no caminho até à costa, 7 na estadia nos quintais e barracões, 6 no transporte marítimo para o Brasil e mais 23 nos primeiros tempos na Brasil; ao fim de 4 anos restariam 28 dos 100 iniciais – p. 90.

(3) J.P. Marques – Portugal e a escravatura dos africanos – p. 60.

cor-de-rosa". O ataque de Serpa Pinto aos Macololos, colocados sobre proteção inglesa na zona do rio Chire (Moçambique), serviu de pretexto ao ultimatum de 1890 em que a Inglaterra exigiu os ricos territórios entre Angola e Moçambique.

Perante a cobiça de outras potências colonizadoras foram consideradas prementes as campanhas militares, ditas de "pacificação", que duraram até ao fim da I Guerra Mundial, e em casos esporádicos para além dessa data, cimentando a autoridade portuguesa em Angola, Moçambique e Guiné.

A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA

A abolição da escravatura nas colónias portuguesas passou por avanços e retrocessos. O Marquês de Pombal declarou livres as crianças nascidas em Portugal de pais escravos, consideradas "hábeis para todos os ofícios, honras e dignidades"⁴ e em 1761 ilegalizou a escravatura, mas apenas no território de Portugal continental.

A Inglaterra abolira o tráfico em 1807. Em 1815 e 1817 tratados subscritos por Portugal reduziram o tráfico de escravos à semiesfera a sul do Equador. O decreto nacional de 10 de Dezembro de 1836 interditou a exportação de escravos (não a escravatura). Em 29 de Abril de 1858 sob a influência de Sá da Bandeira e dos seus partidários publica-se o decreto que extingue a escravatura num prazo de vinte anos. Sá da Bandeira, demitido em 1859, defendia a transferência maciça de portugueses para Angola e Moçambique associada ao fim da escravatura, mas os camponeses e operários da metrópole recusavam-se a emigrar em massa para África, preferindo o Brasil.

Pressionados pelos traficantes e corrompidos por eles, os governadores nomeados durante a luta pela abolição ou frustraram a política anti-esclavagista de Sá da Bandeira ou demitiram-se, como o almirante Noronha e Joaquim Pereira Marinho. O tráfico semiclandestino de escravos atingiu valores elevados na década de 1840. Ainda em 1903 o escritor inglês Henry Nevinson denunciou a exportação de escravos angolanos – nessa época chamados eufemisticamente de "serviçais" – para S. Tomé⁵.

(4) J.H. Saraiva - História de Portugal - p. 248.

(5) C. R. Dilolwa - Contribuição à História Económica de Angola - p. 22.

Também a escravatura interna, sob a forma dos “carregadores”, isto é, dos homens obrigados a transportar os produtos comerciais na ausência de estradas e de rios navegáveis, provocou a reprovação de Sá da Bandeira. A proibição de carregadores decretada em 1856 ficou letra morta face à oposição dos traficantes.

Em 1869 o decreto de 25 de Fevereiro extingue o estado de servidão passando os escravos à categoria de *libertos*, mas sujeitos a todos os deveres impostos pelo decreto de 14 de Dezembro de 1854, condição só abolida em 1875⁶.

Ainda no século XIX, produtos da agricultura africana tornam-se crescentemente apetecidos pelos países europeus e pelos EUA. A importância das exportações de amendoim, de oleaginosas, de cera de abelha, de marfim, do café, do cacau, da borracha, do açúcar, do chá mobilizou capitais mas carecia de mão de obra.

Alguns destes produtos passaram por ciclos de desactivação como o ouro, o marfim e a borracha. Com a progressiva condenação da escravatura e da carga a dorso de homem, colocou-se à sociedade colonial o problema de fomentar um regime de trabalho que preenchesse as necessidades das empresas sem o rótulo da escravatura. Esse regime foi o chamado “contrato de trabalho”⁷.

(6) Cruz, E.C.V.- Estatuto do Indigenato – p.57.

(7) F. Cooper Histórias de África p. 145 - “Creech Jones, ministro do Trabalho Inglês, que se declarava oposto ao trabalho forçado, afirmou em 1947 que se os africanos não mudassem de atitude seria necessário recorrer à coerção”.

Id. P. 272 - Na África Oriental a escravatura só foi oficialmente ilegalizada pelo governo britânico em Zanzibar em 1897 e no litoral do Quênia em 1907.

Id. P. 263 - Na década de 1940 o trabalho forçado foi restabelecido em várias colónias da África britânica, sobretudo no Quênia, na Rodésia do Norte e na Niassalândia.

Id. P. 139 - Por seu lado “as autoridades da França libertada” [dos nazis]... “denunciaram e repudiaram o regime de trabalho forçado, mas insistiram que o trabalho livre era de tal forma difícil de obter que apenas poderiam libertar-se do recrutamento coercivo de forma gradual”.

O REGIME DE TRABALHO PÓS-ESCRAVATURA

Para elevar o rendimento das colónias integrando no mercado de trabalho os nativos que praticavam a economia de subsistência, foi criado o imposto chamado de “palhota” ou de “cubata” ou “indígena”. Para se desobrigar desta dívida cuja recusa implicava severas punições pelos cipaios⁸, incluindo o envio temporário para S. Tomé em regime de trabalho forçado, a via induzida pelas autoridades consistiu no contrato para trabalhar numa plantação durante um prazo que variava entre seis meses e 3 anos, seguido de uma pausa de meses ou anos, pausa em regra desrespeitada.

Na Guiné este sistema teve grande dificuldade em implantar-se devido à resistência dos indígenas e à possibilidade de evasão para as colónias francesas vizinhas onde os salários eram mais elevados que nas colónias britânicas. Em S. Tomé, por razões históricas, os descendentes dos povoadores também se opuseram com sucesso ao trabalho forçado⁹ e por isso os roceiros recorreram à importação de nativos de Angola e, mais tarde, de Moçambique apesar da oposição dos colonos de Angola que se queixavam da perda da “sua” mão de obra. Esmagados pelas rendas incomportáveis exigidas pelos proprietários das terras, muitos cabo-verdianos ofereciam-se voluntariamente para o contrato em S. Tomé.

Em 1889 o Regimento de Trabalho estipulou: “todos os nativos das províncias ultramarinas portuguesas estão sujeitos à obrigação moral de obter através do trabalho os meios de que necessitam para subsistir e melhorar a sua condição social. Eles têm plena liberdade de escolher os meios para cumprir com esta obrigação, mas, se não cumprem, a autoridade pública pode forçá-los ao cumprimento”.

(8) Polícias indígenas.

Castro, Armando – O Sistema Colonial Português em África . p, 176. “O sistema disciplinar da administração apoia-se no uso quotidiano do chicote, da palmatória e do cavalo-marinho”.

(9) Id. Obra citada – p. 217-219 - Em 1953 o governador Gorgulho tentou obrigar os naturais de S. Tomé a executar obras públicas por baixos salários. Perante a fuga dos compelidos ordenou a sua captura. Um número elevado de fugitivos, acusados de resistência violenta, foi privado de água e morreu no cárcere. A repressão continuou provocando centenas de mortos durante a chamada “Revolta de Bate-Pá”. Gorgulho acabou por demitir-se. Foi louvado pela “competência e zelo” na gestão.

O decreto nº 18570 aprovou o Acto Colonial em 8 de Julho de 1930 no período em que Oliveira Salazar integrou o governo como ministro das Colónias. Salazar admite o trabalho obrigatório em diversas situações: “obras públicas de interesse geral e colectivo, condenação por infracções diversas, reparação de estradas locais, assistência em caso de desastre, assalto por animais perigosos, cultivo de terrenos reservados a africanos”, etc. Este princípio alterado em pormenores em 1935 e 1945 será incorporado na Constituição em 1951.¹⁰

Em 1933 na Constituição elaborada pelo Estado Novo o trabalho forçado, proibido pelo artº. 144, é admitido nos casos restritos previstos nos artº 146 e 147 e só deixará de ter base legal em 1971 pela revogação daqueles artigos¹¹.

A título de exemplo em 1957, no principal município do Congo angolano onde em 1956 se dispensavam do contrato os maiores plantadores indígenas de café, haveria 5000 trabalhadores independentes, cerca de 7000 contratados e 3000 susceptíveis a novo contrato numa população de 73000 nativos, 1300 mestiços, 3480 europeus e cerca de 80 assimilados¹².

Uma antiga lei proibia o uso da violência sobre os trabalhadores, mas na maior parte do século XX ela exerceu-se correntemente e em geral impunemente. “O horário de trabalho vai em geral das 5h 30 até às 19 h com pequenos períodos de repouso para o “mata-bicho”. Segundo Armando Castro o Regulamento do Trabalho Indígena publicado em 31 de Dezembro de 1956 procurou suavizar algumas das regras de tratamento do contratado nomeadamente no transporte, alojamento e alimentação¹³:

“A lei impõe em Angola para os contratados uma alimentação para a qual determina o número de calorias e a riqueza em proteínas de origem vegetal e animal, mas muitos patrões ignoram-na tanto mais que os administrativos não os obrigam a cumpri-la”¹⁴. No Congo angolano a alimentação dos contratados resumia-se a farinha de mandioca cozida, misturada com um pouco de tempero, e peixe seco, ou molhado em óleo de palma, muitas vezes em

(10) R. Almeida, Pedro – p. 203 - História do colonialismo Português em África.

(11) Id., *obra citada* p.215-216.

(12) Castro, A p. 197-198 – O Sistema Colonial Português em África.

(13) Id. *Obra cit.* P. 195 – O transporte na traseira de camiões descobertos com dezenas de homens passou teoricamente a fazer-se sobre bancos de madeira e sob cobertura de lona.

(14) Id. *Obra cit.* P. 196

mau estado. Sendo manifestamente insuficiente esta refeição, os trabalhadores completam-na comprando um punhado de amendoins.

O recrutamento era efectuado por profissionais, os angariadores, que enriqueciam empregando os mais variados processos para arrancar os trabalhadores às suas terras, desde ameaças, promessas, pequenos empréstimos, roubo da caderneta indígena, (única prova do pagamento do imposto), embriaguez induzida, expedientes para manter a ficção do voluntariado. Em último caso recorriam à autoridade ditatorial de chefes indígenas ou de administrativos corruptos.

O trabalho infantil é incentivado “na época das colheitas por ordem das autoridades que obrigam os sobas¹⁵ a mandar as crianças trabalhar mesmo as que frequentam as escolas missionárias”¹⁶.

Em geral o salário do contratado era muito baixo, chegando a 1/3 do rendimento da actividade independente. Em princípio recebia regularmente 20% do salário o que lhe permitia fazer compras na cantina do patrão. Os restantes 80% eram-lhe entregues no fim do contrato.

O imposto “indígena”, criado em 1906, durante muitos anos constituiu a principal receita do Estado ou das Companhias¹⁷ como outrora o imposto sobre o tráfico de escravos. O imposto “indígena” -cobrado além de outros como o mussoko¹⁸- não foi uma especificidade da colonização portuguesa¹⁹.

(15) N. A. - Chefes indígenas em Angola.

(16) Castro, A. – p. 195-197 - O Sistema Colonial Português.

(17) – C. R. Dilolwa – Contribuição à História Económica de Angola – pg. 48. “O imposto indígena ocupava o primeiro lugar entre as receitas de Angola, lugar que só veio a perder em 1944 relegado para segundo plano pelos direitos de importação.

Malyn Newitt – História de Moçambique - p. 355 - Em Moçambique os cobradores de impostos da Companhia de Moçambique, depois da derrota de Gungunhana em 1895, fizeram subir as receitas do imposto de palhota de 11000 reis em 1894 para 63000 em 1896. – R. Almeida, P. - obra cit - p. 211 - Em 1931 os nativos recenseados para o pagamento do imposto indígena totalizam em Angola 747935 “contribuintes” (a população total indígena é avaliada em 2574747).

(18) M. Newitt - História de Moçambique – p.359. Mussoko – direito de cobrar imposto per capita nos “prazos”. As Companhias “arrendaram prazos simplesmente para reserva de mão de obra” Moçambique.

(19) – René Pélissier - História da Guiné – p. 222 “...O imposto de palhota (50 escudos por todos os habitantes de uma casa) sendo menos elevado que a capitação francesa (18 francos por cabeça)”.

Outro meio de forçar os nativos a entrar no mercado de trabalho foi, em 1907, a cultura obrigatória nas “concessões”, vastas áreas atribuídas a uma Companhia de capitais portugueses, ou de capitais mistos, portugueses e estrangeiros. Esse regime de trabalho obrigava os nativos das áreas abrangidas a cultivar predominantemente -na realidade quase exclusivamente dadas as pressões -o produto comercializado pela companhia, como por exemplo o algodão em Angola e Moçambique ou o arroz em Moçambique e a vendê-los ao preço fixado pela Companhia. Um organismo oficial como a Junta de Exportação do Algodão estabelecia a quantidade do produto que a Companhia devia exportar anualmente para Portugal.

Sobretudo em Moçambique algumas grandes companhias estenderam os seus domínios por muitos milhares de quilómetros quadrados. Na Zambézia (Moçambique), no século XIX, os *prazeiros*, regra geral mestiços descendentes de europeus e asiáticos, viviam rodeados de escravos praticando um sistema de arrendamento de imensas áreas por um prazo de 3 vidas²⁰. Os “prazos” foram extintos por Salazar em 1930 (com excepção da Companhia de Moçambique subsistiu até 1941 numa área superior a 100.000 km²) não sem provocar revoltas das milícias de escravos arregimentadas pelos donos. As companhias majestáticas, como o nome indica, regiam as suas terras reservando-se o direito de policiar, castigar, cobrar impostos e, particularmente em Moçambique, exportar trabalhadores forçados para as colónias inglesas e a África do Sul.

Um certo número de indígenas das colónias continuava a cultivar as suas terras e a vender os excedentes aos comerciantes nos entrepostos que se espalharam pelo território colonial. Os preços dependiam do comprador. O milho em Angola era pago entre \$30 a \$40 ao produtor e na metrópole oferecia-se ao público a 1\$80; o café vendido ao balcão em Lisboa a 25\$00 o quilo saía da mão do produtor a pouco mais de 2\$00 (ano de 1947)²¹. Um lucro análogo resultava da cultura do feijão, do arroz, etc.

(20) M. Newitt - História de Moçambique – pp. 203-224- O início dos prazos remonta ao século XVI. Eram arrendamentos por três gerações, transmissíveis por linha feminina e reproduziam uma estrutura de tipo feudal nas relações entre os colonos que cultivavam a terra e os senhores ou as donas dos prazos.

(21) R. Almeida, Pedro – História do Colonialismo Português em África – vol. III – século XX, P. 271.

O trabalho assalariado, doméstico ou operário, representava a alternativa para aqueles que emigravam para as cidades.

Um caso particular foi o monopólio do recrutamento de moçambicanos pela Witwatersrand Native Labour Association (WNLA) do Transvaal em certas áreas de Moçambique. A WNLA e as Rodésias disputavam a mão de obra²². O governo colonial recebeu da África do Sul cerca de 600\$00 (em 1955) em divisas ou ouro por cada um dos cerca de 100000 trabalhadores moçambicanos exportados²³. As Rodésias, a Niassalândia, o Tanganica também contrataram milhares de moçambicanos.

O trabalho forçado em serviços públicos, era aplicado não só aos delinquentes a cumprir sentença como àqueles que não pagavam o imposto anual ao qual os indígenas dos 16 aos 50 anos estavam sujeitos. A lista dos trabalhos públicos incluía a reparação das estradas deterioradas pelas chuvas, trabalhos nas plantações do Estado ou nos postos administrativos. Estes trabalhadores prestavam serviço sem nada receber e traziam as suas próprias ferramentas. Em caso de requisição de curta duração tinham de se responsabilizar pela sua própria alimentação. Na Angola de 1957 foram intimadas 25364 pessoas a efectuar trabalhos públicos segundo as estatísticas oficiais²⁴.

Em 1959 o prof. Harris descreve o sistema “shibalo” em Moçambique que consiste em trabalhos forçados para executar projectos governamentais, durante 6 meses, por decisão do administrador de distrito, desde que o nativo não provasse uma ocupação por conta de contratadores privados. O governo e os empresários beneficiam anualmente de 100000 contratos deste tipo.

(22) Id. – obra cit. – p. 90.- Entre 1905 e 1912 teriam sido exportados 418000 moçambicanos para as minas do Transvaal.

M. Newitt - História de Moçambique - p. 426 - Entre 1903 e 1906, 154047 foram oficialmente recrutados para as minas em condições desumanas de trabalho, constituindo 60% ou mais da mão de obra total. As companhias de Moçambique e do Niassa recusaram-se a deixar a WNLA operar nas suas concessões, mas o *modus vivendi* sobreviveu.

(23) R. Almeida, Pedro – obra cit. P. 331.

(24) A. Castro – O Sistema Colonial Português em África, p. 198.

O ESTATUTO DO INDÍGENA

Em 6 de Fevereiro de 1929 o decreto-lei 16473 estabelece o Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Guiné, Angola e Moçambique que substitui o diploma de 23 de Outubro de 1926²⁵. No seu art. 2º esclarece :“ Para efeitos do presente Estatuto consideram-se indígenas os indivíduos de raça negra ou seus descendentes que pela sua ilustração e costumes se não distingam do comum daquela raça”, definição ligeiramente modificada em 1954 (D-L nº 39666 de 20 de Maio).

[Por razões históricas o Estatuto do Indigenato não foi estendido aos naturais dos arquipélagos de Cabo Verde e de S. Tomé e Príncipe; estes últimos deixaram de ser oficialmente indígenas depois da revolta de 1953].

O Estatuto do Indígena foi revogado em 6-12-1961 pelo decreto-lei 43893 e substituído pelo Código do Trabalho Rural do Ultramar em 27-4-1962 (decreto-lei 44309). Este último no seu preâmbulo declara : “...é afastada qualquer distinção entre grupos étnicos ou culturais; passando todos os trabalhadores” ... “a regular-se pela mesma lei; não é admitida nenhuma forma de trabalho compelido ; não se preveem sanções penais por falta de cumprimento do contrato de trabalho;” ... “não é permitido angariar trabalhadores com intervenção dos contratos de trabalho” ...²⁶.

Porém Marcelo Caetano afirmara na Associação Comercial do Porto: “os negros em África devem ser dirigidos e enquadrados por europeus, mas são indispensáveis como ajudantes” (1954). Esta concepção da inferioridade de certas “raças”, partilhada por governantes europeus, serviu de argumento para justificar o trabalho forçado não só nas colónias portuguesas como nas inglesas, francesas, belgas e alemãs. Todavia nas colónias não portuguesas, salvo nos anos da ocupação da França e da Bélgica pelos nazis, vigoravam leis que permitiam a actividade de sindicatos livremente eleitos.

(25) Cruz, E.C.V. – O Estatuto do Indigenato – p. 20 - O dec 12533 de 23-10-1926 legislara sobre o Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique. Posteriormente alargaram-se as suas disposições aos indígenas da Guiné e dos territórios da colónia de Moçambique sob administração das companhias com poderes privilegiados pelo decreto 13698 de 30-5-1927.

(26) - Cruz, E. .C. V. – obra cit. pp.24-25 - As obras “O Trabalho assalariado em Angola e Huambo” e “Mão de Obra Rural no Mercado de Trabalho de Angola”, respectivamente de Afonso Mendes e Fernando Diogo da Silva, ambas pós revogação do “Estatuto do Indigenato”, atestam que o recrutamento e o trabalho contratado não cessaram.

Tal direito não podia ser tolerado por Salazar. Não só persistiu no trabalho forçado e nas outras formas de exploração dos indígenas até ao desencadeamento das guerras de independência, como não concedeu direitos civis aos indígenas, com a excepção, numericamente reduzida (cerca de 1% da população angolana total) e condicionada, dos chamados “assimilados”²⁷.

O Diploma Legislativo nº 237 de 26 de Maio de 1931 informa: “Por se distinguir do comum da raça negra é considerado assimilado aos europeus o indivíduo daquela raça ou dela descendente que reúna as condições especificadas nessa lei.

O dec-lei de 20 de Maio de 1954 alterara ligeiramente a definição de assimilado através do artº 56 do estatuto dos indígenas, que conferia direito ao Bilhete de Identidade, prova da cidadania plena, desde que satisfizesse as seguintes exigências:

a) ter mais de 18 anos; b) falar, correctamente a língua portuguesa ; c) exercer profissão, arte ou ofício de que aufera rendimento necessário para o sustento próprio e das pessoas de família a seu cargo ou possuir bens suficientes para o mesmo fim; d) ter bom comportamento e ter adquirido a ilustração e os hábitos pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses; e) não ter sido notado como refractário ao serviço militar nem dado como desertor”²⁸.

O artº 57 fixava as condições para a esposa e os filhos do assimilado adquirirem o mesmo Estatuto. O art.º 64 reportando-se aos artº 58 e 60 especificava que o assimilado podia deixar de o ser e voltar a ser considerado indígena. As vantagens do estado de assimilado eram jurídicas segundo Raul David, porque podia submeter a tribunal os seus litígios, enquanto o indígena nas mesmas circunstâncias ficava à mercê do colono e do administrativo. Além

(27) Id. Obra cit. - p. 103 e 113.

- F. Cooper – Histórias de África, p. 140 – Na África Ocidental Francesa os “évolués” (evoluídos) gozavam do direito de eleger por votação um número limitado de assentos na Assembleia Nacional Francesa.

(28) Cruz, E.C.V. Cruz., obra cit.- P. 105.

disso o assimilado podia viajar na mesma carruagem de comboio que os brancos... se estes o aceitassem.²⁹

Uma categoria intermédia entre os indígenas e os assimilados, o destribalizado, era encarado pelos estrategas do regime como “o núcleo de um colonialismo antinacionalista”³⁰. O bom acolhimento dos mestiços pelos brancos dependia da sua fidelidade ao sistema colonial.

Muitos dos futuros líderes dos movimentos de independência eram oriundos da pequena burguesia negra e mestiça, uma classe em que os mais ricos se arriscavam a ser espoliados das suas terras por europeus recém-vindos, além de discriminados e humilhados pelos racistas³¹. A pequena burguesia de estirpe africana desempenhava funções públicas e esforçava-se, com sacrifício, por financiar a instrução universitária de um filho em Portugal.

Quanto à expropriação de terras foi necessário um “decreto travão” em 27 de Setembro de 1894 para denunciar os atropelos na concessão de terras. A portaria de 27 de Julho de 1914 repôs a legalidade. “Não se devia despojar brutalmente os indígenas dos seus bens” – opinou Rui Ulrich³². Mas era uma prática corrente.

Sucessivos decretos em 1944, 1945 e finalmente em 6 de Setembro de 1961 definiram o Regulamento da Ocupação e Concessão de Terrenos nas Províncias Ultramarinas. Porém no que concerne a classificação dos terrenos do Estado os de 1ª e 2ª classes continuaram destinados a europeus e a pessoas de cultura europeia de raça branca, sendo os de 3ª classe para os indígenas³³.

(29) E.C.V. Cruz, obra cit. P. 104.

Castro, A. obra cit. - P. 315 - Em Moçambique, a influência das leis racistas da União Sul-Africana agravou a segregação racial. Oficiosamente sucedia levantarem-se obstáculos ao acesso dos africanos a certos lugares públicos.

(30) Adriano Moreira – “As Élités das Províncias Portuguesas de Indigenato. Guiné, Angola, Moçambique” in Garcia de Orta, vol 4, NC-3, Lisboa, 1956, p. 165. No entanto M. Caetano engloba nos indígenas os negros de cultura não europeia e os mestiços abandonados pelos pais e criados nas sanzalas pelas mães in “Os Nativos na Economia Africana”, 1954, p. 18.

(31) Castro, A. – obra cit. – p. 315 - Em Janeiro de 1955 o jornal “A Voz de Angola” noticiava : “Em Benguela vai ser construída uma nova casa de espectáculos de lotação mista”. Armando Castro escreve no seu relatório que “em Lourenço Marques os africanos só podem circular depois das 21 h com uma autorização”.

(32) Cruz, E. C. V. – obra cit.- P. 55.

(33) Id. Obra citada - p. 56.

A INSTRUÇÃO NO REGIME COLONIAL

Em 1930 a percentagem de analfabetos foi avaliada em 99% nas colónias de Angola, Moçambique, Guiné e Timor; 90% em S. Tomé e Príncipe; 85% em Cabo Verde e 95% na colónia da Índia. Em Portugal 67.8%.

Em 1958 o Anuário Estatístico publica as seguintes taxas de analfabetismo : Angola 96.97%; Moçambique 97.86 ; Guiné 98.85%; Cabo Verde 78.5%. Em 18 de Abril de 1950 o jornal O Século escreve que a taxa de analfabetos com mais de 10 anos é em Portugal 48.7%, a mais elevada da Europa.

Com o estatuto missionário de 1941 o ensino dos indígenas passou a depender do pessoal missionário, católico e protestante, tal como nas colónias inglesas, enquanto os franceses adoptaram o ensino estatal. Até 1956 este tipo de ensino chamava-se “rudimentar”; depois passou a denominar-se “de adaptação”. Em 1955 em Moçambique o número de professores era de um por várias centenas de alunos.

As matérias ensinadas no ensino rudimentar distinguiam-se por um nível incipiente. Em 1955 inscreveram-se nos estabelecimentos angolanos de ensino 52171 negros, 6139 mestiços e 14583 brancos³⁴, o que tendo em conta as respectivas populações evidencia uma forte desigualdade na escolarização das crianças.

No ensino secundário em 1960-61 em Angola contavam-se 7486 alunos no liceal e 4501 no técnico; em Moçambique: 4639 no liceal e 4621 no técnico³⁵. Apenas Dez moçambicanos negros frequentavam o ensino superior em Portugal.

Depois de 1961 houve um incremento na instrução dos indígenas. Em 1962 criaram-se as Universidades de Angola (Estudos Gerais) e de Moçambique, mas em 1973 o analfabetismo ainda rondava os 85% em Angola ou seja havia 15% de alfabetizados. O número total de alunos cresceu para 608608 em 72/73 o que constituía todavia apenas 18.8% da população em idade escolar³⁶.

(34) Castro, A.- obra cit. - P. 203.

(35) R. Almeida, P - obra cit.- P. 386.

(36) C. R. Dilolowa – obra cit. - P. 337-338.

OS SERVIÇOS DE SAÚDE NAS COLÓNIAS E O CRESCIMENTO POPULACIONAL

Armando Castro relata³⁷ que em S. Tomé e Príncipe entre 1936 e 1941 nos trabalhadores das roças a mortalidade teria variado entre 34.8% e 22.2 % e foi de 14.3% dos nascimentos. Documentos oficiais ulteriores fazem eco de uma mortalidade infantil na “primeira e segunda idade” de 7%.

1952 - No orçamento da Guiné destinam-se 300 contos à construção de hospitais, 100 ao estudo da lepra, 1000 para o palácio do governador e 4500 para o aeroporto de Bissau.

Os 9000 leprosos (estimativa) não têm em Moçambique assistência institucional.

1960 – As taxas médias em Angola de natalidade, mortalidade e aumento natural (permilagens) são respectivamente : brancos 27, 6 e 21; negros 45, 25 e 20; mestiços 47, 10, 37³⁸, números que traduzem diferenças expressivas conforme o grupo étnico.

Em Moçambique os índices de natalidade, mortalidade e sobrevivência (permilagens) são por esta ordem os seguintes : população não autóctone 33,5; 5; 28.5. Na população autóctone 36; 14.5; 21.5³⁹.

Em 1973 o pessoal dos serviços de saúde aumenta fortemente nas colónias em geral, em parte pela presença de médicos militares, em parte pela emigração portuguesa, mas a população rural tem acesso limitado à assistência. A esperança de vida em Angola não chegava aos 40 anos e a taxa de mortalidade infantil situava-se entre as mais elevadas do mundo⁴⁰.

Ao longo do século XX acentuou-se a emigração de portugueses para Angola e Moçambique, sobretudo a partir dos anos cinquenta.

(37) Castro, A - O Sistema Colonial Português em África p. 248-249.

(38) R Almeida, P – História do Colonialismo Português em África P. 377.

(39) Id. Obra cit. - P. 383.

(40) C.R.Dilolwa, obra cit. - P. 215.

AS RELAÇÕES ECONÓMICAS ENTRE AS COLÓNIAS E A METRÓPOLE

A economia das colónias⁴¹ baseava-se no Pacto Colonial, decorrente da noção de suserania da metrópole : as colónias deviam fornecer-lhe as matérias-primas a baixo preço e adquirir os produtos, manufacturados ou não, produzidos no território nacional.

Política que se reflectiu na inibição do desenvolvimento industrial dos territórios colonizados e na falta de estímulo na economia da metrópole.

Acresce que o Banco de Portugal recolhia as divisas provenientes das vendas efectuadas pelas colónias a países estrangeiros e devolvia à colónia o correspondente em escudos ou na moeda local⁴².

As restrições à transferência de capital para fora das colónias afectava funcionários e pequenas empresas, mas não as grandes companhias, facto que indignava a burguesia de origem portuguesa há muito radicada nas colónias⁴³, em especial em Angola e Moçambique e deu origem a uma corrente que cresceu ao longo do século XX e que se exprimia pela defesa da “independência branca” contra a metrópole.

Em Angola o investimento estrangeiro em grande escala, mais tardio que em Moçambique, atinge valores substanciais com o caminho de ferro de Benguela no primeiro quartel do século XX, a via indispensável para o escoamento dos minerais extraídos do Katanga. Em Moçambique, no fim do século XIX o capital estrangeiro penetra nas Companhias majestáticas de “Moçambique” e do “Niassa” e mais tarde na Sena Sugar, na Companhia do Boror, na de Mandal, do Buzi, do Incomati, etc .

(41) P. R. Almeida, obra cit. - P. 297 - Em 11 de Junho de 1951 o Acto Colonial é revogado e os seus artigos incorporados na Constituição no título VII da parte II “Do Ultramar Português”. Para ladear o art. 73º da Carta das Nações Unidas que obriga a relatórios regulares sobre os territórios dependentes, o termo colónias é substituído por “províncias ultramarinas”.

(42) Castro, A – O Sistema Colonial Português em África – p 230.

(43) Armando Castro – obra cit . p. 185. - Existia discriminação entre os portugueses nascidos em Portugal e os nascidos em Angola, os ditos “portugueses de 2ª”. Exigia-se por exemplo mais anos de serviço para obter a reforma aos funcionários nascidos na colónia do que aos portugueses nascidos na metrópole.

- R Almeida, P. - obra cit. - P. 302. Em 1952, 35% dos brancos residentes em Angola são lá nascidos e 65% são naturais de Portugal.

As grandes sociedades estrangeiras sonegavam ao fisco uma parte dos seus lucros e subtraíam ao controle cambial uma fracção substancial das suas divisas. Um caso paradigmático foi o da Diamang. Segundo o deputado Canceleda de Abreu “são estrangeiros os detentores de nada mais, nada menos, de 70% dos capitais da Diamang” (17-4-1958).

Depois da insurreição de 1961 em Angola, o governo português tomou medidas para mudar a estrutura económica e social. Foi revogado o “Estatuto do Indígena”; o “imposto indígena” substituído pelo “imposto geral mínimo”. Criou-se o “espaço comum português” que pretendia associar Portugal às colónias - de níveis de desenvolvimento muito diferentes - num projecto comum. O “código do trabalho indígena” foi substituído pelo “código do trabalho rural”. Fundaram-se os “Estudos Gerais Universitários” e vários organismos como a Junta Provincial de Povoamento, a Junta Autónoma de Estradas, etc.

O Código de Investimentos em 1965 e o regime de pagamentos externos impulsionou o crescimento nas colónias mais ricas em matérias-primas. O governo liberalizou o sistema económico abrandando as restrições aos investimentos das empresas multinacionais e atribuiu-lhes concessões para prospecção e exploração. O ritmo do crescimento anual da indústria extractiva e mesmo da transformadora – e mais ainda o das empresas comerciais – subiu notavelmente, em particular em Angola e Moçambique.

Porém a produção agrícola em Angola a preços constantes regrediu⁴⁴ de 1966 a 1971.

A tentativa de criar um Mercado Único Português onde se vigorava a abolição das restrições ao comércio entre Portugal e as colónias através das tarifas aplicadas às mercadorias, concepção apoiada numa moeda comum e em câmbios estáveis e definitivos falhou ao pretender estabelecer relações de igualdade entre espaços com desenvolvimentos económicos muito desiguais.

De 1968 em diante, o comércio de Portugal com as colónias diminuiu.

(44) C.R Dilolwa – obra cit. P. 347.

OS MOVIMENTOS DE AUTO-DETERMINAÇÃO EM ÁFRICA NO PÓS II GUERRA MUNDIAL

Em 1955 Portugal passa a fazer parte do ONU. O secretário-geral pergunta ao governo de Salazar se Portugal administra territórios não-autónomos. A resposta é negativa.

Em 1960 quase toda a África atravessa um período de efervescência na expectativa da independência e esse contexto não podia deixar de contagiar as colónias sob domínio português.

OS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO DAS COLÓNIAS PORTUGUESAS

Em 1944 funda-se a Casa dos Estudantes do Império (CEI) em Portugal, instituição que Marcelo Caetano queria moldar à imagem da Mocidade Portuguesa. Os membros dos seus corpos directivos em Lisboa e Coimbra subcrevem as listas da oposição nas eleições⁴⁵. A CEI exerceu uma assinalável actividade literária, por exemplo através do boletim “Meridiano” (de Coimbra). Com a brochura “Poesia Negra de Expressão Portuguesa” pretendia-se divulgar poetas nacionalistas contribuindo para a afirmação da africanidade e a denúncia das injustiças. A CEI foi extinta em Setembro de 1965 quando cessou o grande fluxo de estudantes universitários das colónias por terem sido criadas em 1963 as Universidades em Angola e Moçambique.

Futuros líderes como Agostinho Neto e Vasco Cabral foram presos em Portugal. Neto por recolher assinaturas para o pacto de paz e V. Cabral no regresso do Congresso da Paz em Viena. Amílcar Cabral, Marcelino dos Santos, Lúcio Lara, Mário Pinto de Andrade confraternizaram com o movimento clandestino português do qual a dada altura se resolveram isolar em nome da autodefesa. O Clube Marítimo Africano e o Centro de Estudos Africanos polarizavam as actividades independentistas à revelia da PIDE.

Em 1954 segundo fontes oficiais portuguesas organiza-se em Léopoldville a União das Populações do Norte de Angola (UPNA) com emigrantes angolanos. Mais tarde dará origem à União das Populações do Norte de Angola (UPA). A criação desta é precedida de visitas de “universitários”, agentes da

(45) Lara, Lúcio - História do MPLA até Fev, 1961 – p. 40-41

CIA no Congo. O órgão central da UPA, “La Voix de la Nation Angolaise”, predominantemente escrita em francês, contém artigos em quicongo e português.

Neste mesmo ano constitui-se a União Nacional dos Trabalhadores Angolanos (UNTA) com sede em Leopoldville. Estabelece relações com a Federação Sindical Mundial (FSM) e posteriormente com o MPLA.

Agostinho Neto promove a criação em 1954 do Movimento Democrático das Colónias portuguesas. O moçambicano Marcelino dos Santos em representação deste movimento desloca-se de Paris a Lisboa onde numa reunião com Agostinho Neto, Amílcar Cabral, Humberto Machado, Eduardo Santos, Noémia de Sousa e Lúcio Lara são aprovados os princípios orientadores do MAC (Movimento Anti-Colonialista)⁴⁶.

Em 1956 Viriato da Cruz, Ilídio Machado, Mário António Oliveira e António Jacinto fundam o Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA) que sucedeu ao Partido Comunista Angolano. O manifesto em que é sugerido o nome MPLA, mais tarde retomado por Viriato da Cruz tem a data de Dezembro de 1956⁴⁷. Outras organizações – o MIA, o MINA, grupos culturais e desportivos – estão na origem do MPLA cuja direcção se viria a estruturar em Conacry⁴⁸.

Em 1956 no decorrer de uma greve dos estivadores em Bissau mais uma vez perdem a vida grevistas : 49 segundo fontes não oficiais.

A 19 de Setembro de 1956⁴⁹ constitui-se o Partido Africano para a Independência da Guiné (PAI) depois de 3 anos de tentativas de luta legal. Alargará o âmbito a Cabo Verde. Amílcar Cabral será o principal dirigente.

Ainda em 1956 uma greve nas docas de Lourenço Marques termina com a morte de dezenas de grevistas.

Em Outubro de 1957 o Partido Comunista Português convida um representante dos partidários da independência das colónias para o seu V Congres-

(46) Lara, Lúcio, obra cit.- P. 74.

(47) Id. Obra citada . pp. 54-63.

(48) Id. Obra cit. P. 78.

(49) As dúvidas sobre esta data são expressas por Julião Soares Sousa – p.184-185 na obra Amílcar Cabral.

so. Lúcio Lara esteve presente como observador. Na declaração final lê-se : “O V Congresso do PCP proclama o reconhecimento incondicional do direito dos povos das colónias de África dominada por Portugal à imediata e completa independência”.⁵⁰

Estimuladas pela luta que antecipou a independência do Congo Belga multiplicam-se neste país as associações angolanas de base tribal, baseadas na comunhão étnica dos dois lados da fronteira.

A 3 de Agosto de 1959 em resposta a reivindicações salariais pelos marinheiros guineenses são mortos cerca de 50 manifestantes e outros 100 ficam feridos no confronto com as forças armadas no cais de Pijiguiti em Bissau.

Deste massacre e do passado de subjugação, o PAIGC conclui que a luta armada é o caminho da libertação. Cerca de dez outros movimentos, sediados no Senegal uns, outros na própria Guiné-Bissau e na Guiné-Conakry afirmam-se partidários da autonomia ou da independência da Guiné e de Cabo Verde. Quase todos se caracterizam pela falta de empenhamento na concretização das suas teses. Alguns declaram-se hostis à luta armada, outros colaboram com as autoridades coloniais denunciando publicamente os militantes do PAIGC. Certos movimentos envolvem-se em acções de banditismo e de provocação contra o PAIGC em especial o chamado FLING.

Em Janeiro de 1960 tem lugar em Tunes a 2ª Conferência dos Povos Africanos (Pan-Africana) onde o MAC adopta o nome de Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colónias Portuguesas (F.R.A.I.N.). Engloba os partidos políticos e organizações de massas de países africanos sob dominação portuguesa que escolheram a independência: o MPLA e o Partido Africano da Independência da Guiné dita Portuguesa (então denominado P.A.I.). Poucos dias depois assina a sua concordância com a declaração da FRAIN o representante da UPA, José Guilmor, pseudónimo de Holden Roberto⁵¹.

Em fins de 1959 Agostinho Neto regressa a Luanda onde mobiliza os nacionalistas através do MINA que se transforma no MPLA, por acordo com os militantes no exterior. Ainda em princípios de 1960 o MAC publica um Apelo aos africanos e aos homens ...”que lutam pelas liberdades fundamentais” ...

(50) Id. Lara, Lúcio, obra cit. - P. 75.

(51) Lara, Lúcio – obra cit. – p. 352.

para que exijam a liberdade dos prisioneiros políticos no processo. O Apelo concerne os acusados no chamado “processo dos cinquenta”, alguns julgados à revelia. Trata-se de 3 processos: 2 deles de africanos e um restrito a europeus progressistas.

Em Junho de 1960 o Comité director do MPLA convoca o Governo Português para uma Mesa Redonda com os representantes de todos os partidos políticos angolanos e do Governo português -depois da amnistia e da libertação dos prisioneiros políticos, do estabelecimento das liberdades públicas e da retirada das forças armadas portuguesas- ... “para a solução pacífica do problema colonial em Angola”. O governo português ignora a mensagem.

A Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) constitui-se em Junho de 1962 em Dar-es-Salam. Ela resulta da fusão de 3 movimentos: a UDENA-MO criada em Bulawayo em 1960, a UNAMI nascida no Malawi e a MANU que surgiu entre os emigrantes macondes deslocados no Quênia e na Tanzânia.

A MANU chamara a população local a apoiar uma petição ao administrador de Mueda em Junho de 1960. Este, em sintonia com o governador, pede que se apresentem os porta-vozes do povo. Uma vez isolados os cabecilhas manda prendê-los e espancá-los em público. Os camponeses revoltam-se. Uma unidade militar surge e abre fogo causando elevado número de mortos. Este exemplo prova a futilidade de lançar camponeses desarmados contra um regime antipopular e impiedoso⁵² e tem influência no desencadear da guerra.

Eduardo Mondlane que convivera com Amílcar Cabral e Agostinho Neto na Casa dos Estudantes do Império em Lisboa foi eleito para a presidência da FRELIMO. Será assassinado em 1969 ao abrir uma encomenda preparada presumivelmente por um especialista em explosivos da PIDE, Casimiro Monteiro, implicado na morte do general Humberto Delgado. A FRELIMO inicia a luta armada pela independência em Setembro de 1964.

(52) Newitt, Malyn - História de Moçambique – p.450.

A EVASÃO DE AGOSTINHO NETO

Em Junho de 1960 Agostinho Neto é preso assim como o padre Joaquim Pinto de Andrade. Na terra natal de A. Neto, Icolo e Bengo, o povo concentra-se na sede da administração. A repressão provoca 30 mortos e 200 feridos. Para impedir novas manifestações, Agostinho Neto é enviado para a prisão do Aljube. A sua detenção desperta a solidariedade internacional. Por imposição da PIDE Agostinho Neto é deportado para Cabo Verde onde exerce a medicina com residência fixa.

Em Setembro de 1961 é de novo encarcerado por ter exibido uma fotografia com cabeças de africanos degolados. Os protestos internacionais em França e na Inglaterra obrigam as autoridades portuguesas a libertá-lo ao fim de 6 meses, fixando-lhe residência em Portugal. Entretanto Viriato da Cruz, secretário geral do MPLA, e Mário Pinto de Andrade pedem em Moscovo a Álvaro Cunhal, secretário do PCP, que “retire de Portugal” Agostinho Neto e o padre Joaquim Pinto de Andrade⁵³.

Uma tentativa em Cabo Verde fracassa, mas concretiza-se a 30 de Junho de 1962 em Portugal. O barco comprado pelo PCP, tripulado por Jaime Serra e José Nogueira, desembarca em Tânger Agostinho Neto, sua esposa Maria Eugénia, os dois filhos e Vasco Cabral, do PAIGC, depois de ultrapassada uma tempestade.

A CONCP – Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas – constituiu-se em Casablanca entre 18 e 20 de Abril de 1961. Visava a unidade de acção e a coordenação das organizações em luta contra o Colonialismo português num leque mais amplo do que a FRAIN. Os delegados presentes representam o MPLA, 5 organizações de GOA, a UDENAMO de Moçambique, o Comité de Libertação de S. Tomé e Príncipe (CLSTP) e o PAIGC.

(53) Barradas, A - Agostinho Neto – Uma Vida Sem Tréguas – p. - 81-90.

AS FUGAS DOS ESTUDANTES DAS COLÓNIAS

Em Fevereiro de 1960 funda-se com sede provisória em Leipzig a União dos Estudantes da África Negra sob dominação Colonial Portuguesa, a UDEAN. Em Setembro de 1961 este organismo acompanha a trajetória de unidade da CONCP e converte-se na União Geral dos Estudantes da África Negra (UGEAN). Assume a missão de integrar nos movimentos de independência os universitários africanos que estudam em Portugal.

O crescendo das proclamações de independências nas colónias inglesas, francesas e belgas em África, o primeiro ataque armado de nacionalistas das colónias portuguesas nos tempos modernos a 4 de Fevereiro em Luanda e os apelos da UGEAN estimulam a participação dos estudantes universitários -angolanos, moçambicanos, guineenses, cabo-verdianos e são-tomenses e timorenses- na luta pela independência.

Em Junho de 1961 um primeiro grupo de sócios da CEI (Casa dos Estudantes do Imperio) atravessa a fronteira num bote junto a Monção. Em Espanha viajam em carros de matrícula francesa com documentos que os identificam como estudantes catangueses. Pernoitam em casa de um padre protestante. Um oficial da polícia espanhola subornado por 50000 pesetas fá-los passar a fronteira. Em Paris são alojados pela organização protestante Cimade⁵⁴.

Um segundo grupo, também de membros da CEI na maioria, incluindo duas mulheres grávidas e duas crianças, num total de 85, não teve tanta sorte. A operação terá tido o apoio do Conselho Mundial das Igrejas e dos governos francês e norte-americano. Levavam salvo-condutos de uma embaixada africana em Paris e certificados da Cimade responsabilizando-a pelas formalidades administrativas e subsistência em França.

O cúmplice na polícia espanhola encontrava-se ausente e o grupo ficou detido na cadeia de S. Sebastian. Cartões da CIA foram apreendidos aos dois norte-americanos que os acompanhavam. Em Paris os directores da Cimade contactaram o ministro dos Estrangeiros francês, Couve de Murville, que terá telefonado à Casa Branca. No dia seguinte um oficial espanhol libertou os estudantes⁵⁵. Em Paris no lar da Cimade, em Sèvres, perto de Paris, foram

(54) Mateus, D.C. - A Luta pela Independência – p. 110.

(55) Id. – p. 110-112.

visitados por americanos que lhes ofereceram bolsas de estudo, ganhando três adesões.

Em 1962 outro grupo de estudantes escapa-se numa traineira. Dois jovens numa chalupa a remos tentam chegar a Marrocos. Um bebe água salgada e morre. Muitos africanos saem de Portugal por meios clandestinos. Para os jovens em idade de serviço militar a emigração pelos postos fronteiriços estava interdita.

ESTADO PORTUGUÊS DA ÍNDIA

No século XX a Índia Portuguesa repartia-se em 3 territórios -Goa, de longe o maior, Damão e Diu, além do enclave de Praganã de Nagar-Aveli, de outros minúsculos enclaves e da ilha de Angediva num total de cerca de 4000 km² e uma população de 579969 habitantes segundo o censo de 1931⁵⁶. Na população distinguiam-se numerosos grupos: os hindus, os indianos cristãos conhecidos por canarins, os chamados descendentes, os europeus (militares ou funcionários), mouros e parses. No fim do século XIX poucos falavam português. As principais línguas eram o concani e o marata.

Em 1944 é criado o Partido do Povo Goês, próximo do Partido Comunista Indiano. Em 1946 surge o Congresso Nacional (Goa) uma organização nacionalista de esquerda. Em 1950 a Frente Unida dos Goeses defende um estado autónomo em Goa. O Grupo dos Goeses Livres é expulso do Congresso Indiano. O Comité de Acção Goesa fundado em 1954 pretende coordenar a actividade dos diferentes grupos nacionalistas. Enfim o Concelho de Libertação Goês, congregando católicos, afirma-se contra o fascismo em Portugal e preconiza negociações com o Governo Indiano para garantir a liberdade religiosa⁵⁷. Várias destas organizações fizeram-se representar na Conferência constitutiva da CONCP.

Militantes destes grupos eram frequentemente presos e enviados para as prisões portuguesas. Em 1953 entram no Forte Roçadas (Angola) dez elementos do movimento de libertação de Goa, Damão e Diu. No ano anterior

(56) Marques, A.H.O. - O Império Africano 1890-1930 – p. 590.

(57) Silva, Botelho da - Dossier Goa – Vassalo e Silva - p. 51-52.

estavam no Aljube. De 1954 a 1956 a polícia deteve em Goa mais de 3000 nacionalistas⁵⁸.

Em 1947 a Índia celebra a independência de acordo com o governo britânico e em 1950 reivindica a posse dos territórios do Estado Português da Índia. Em 1953 procura negociar com Portugal a integração da colónia no seu Estado. A França já aceitara conversações para entregar Pondichéry à Índia. Em 1954 separatistas goeses e efectivos do exército indiano ocupam os enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli. Em Janeiro de 1955, inspirando-se na filosofia de Gandhi, grupos de satyagrahis (“Invasores pacíficos”) tentam penetrar nos territórios. Em Agosto de 1955 são mortos cerca de 15 e feridos 38⁵⁹. Nehru opõe-se a estes voluntários e fecha a fronteira terrestre.

A 10 e 11 de Dezembro de 1961 as tropas indianas cercam Goa. São entre 40000 a 45000 efectivos coadjuvados por vasos de guerra e aviação. Confrontam-se com 3000 soldados portugueses e duas companhias de polícias.

A 14 de Dezembro chega às mãos de Vassalo e Silva, general e governador-geral, a mensagem de Salazar : “Não prevejo possibilidade de tréguas nem de prisioneiros portugueses, como não haverá navios rendidos, pois sinto que apenas pode haver soldados e marinheiros vitoriosos ou mortos”.

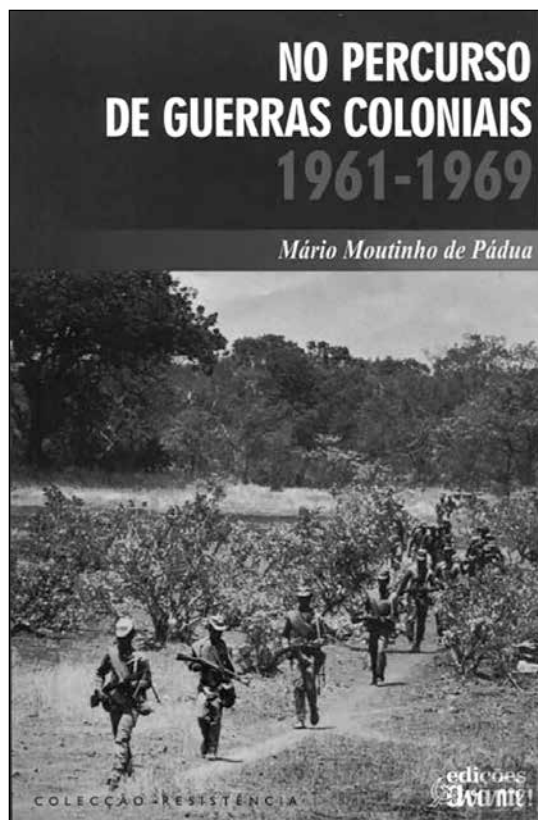
A 17 de Dezembro as forças armadas indianas atacam. Dia 18 o cruzador “Misuri” bombardeia o porto de Mormugão. O poder ofensivo do aviso “Afonso de Albuquerque” é inferior. O seu comandante cai gravemente ferido. Há uma dezena de militares mortos e numerosos feridos. No dia 19 é tomada a cidade de Pangim. O aeroporto é bombardeado. Calcula-se o número de mortos em 30 a 40 no dia 18. Dia 19 ao meio dia, através da autoridade eclesiástica, é apresentada a rendição. Os soldados portugueses captivos são desarmados e amarrados. Estiveram meses à espera de transporte para o regresso a Portugal. Em 1963 o Conselho de Ministros aprova as conclusões dos Conselhos Superiores do Exército e da Armada que demitem 9 oficiais, reformam compulsivamente 5, colocam 9 em inactividade por 6 meses, e iliba os restantes.

(58) R. Almeida, P. obra cit. - P. 340.

(59) Silva, Botelho da - obra cit. P. - 53.

Em Dezembro de 1974 um decreto do Conselho dos Chefes dos Estados Maiores das Forças Armadas reabilita os militares no Estado da Índia a quando da invasão pelo Exército Indiano. Anula as penas e dita a sua reintegração.

INÍCIO DAS GUERRAS DE INDEPENDÊNCIA



1 – A Baixa de Cassange e o 4 de Fevereiro em Luanda

Na baixa de Cassange os nativos eram obrigados a plantar algodão para o vender à Companhia Cotonang a baixo preço. Praticamente estavam impossibilitados de cultivar os alimentos básicos. A revolta generaliza-se e a 12 de Janeiro é morto um capataz. A Cotonang exige que a sublevação seja rapidamente esmagada. Na madrugada de 4 de Fevereiro duas companhias de caçadores especiais chegam a Malange. Na operação abatem “umas centenas de

negros” segundo o comandante do batalhão⁶⁰. Além dos feridos no confronto lançam bombas de napalme, sobre os ajuntamentos⁶¹.

Na noite de 3 para 4 de Fevereiro em Luanda cerca de 200 africanos concentraram-se para uma acção armada que visava libertar os presos políticos. Detiveram uma patrulha da Polícia Móvel e abateram os quatro ocupantes do veículo. De posse das armas dos polícias tentam assaltar a Casa de Reclusão Militar onde se encontra a maioria dos acusados no “processo dos 50”. Ideologicamente situam-se nos movimentos que deram origem ao MPLA. A acreditar nos boatos que circulam na cidade os presos irão em breve para o Tarrafal. Outros grupos atacam com armas artesanais a cadeia da PIDE no Bairro de S. Paulo, a cadeia da 7ª esquadra da Polícia de Segurança Pública na estrada de Catete e tentam sem êxito ocupar a Emissora Oficial de Angola e o edifício dos Correios.

Outro dos objectivos dos amotinados era chamar a atenção para a situação colonial e para a revolta dos camponeses na Baixa de Cassange, perante os jornalistas do mundo inteiro que virão cobrir a chegada do paquete Santa Maria sequestrado pelo capitão Henrique Galvão e um comando espanhol. Sofrem 15 mortos e um número indeterminado de feridos. No dia dos funerais dos polícias uma multidão de colonos persegue e dispara contra africanos nos muceques (bairros periféricos habitados por indígenas). A “caça ao homem”, sem provas, continua durante dias com a complacência das autoridades e traduz-se por um número elevado de mortos. Teve certamente repercussão no futuro próximo. A Pide prende o cônego Manuel Mendes das Neves acusado de ter inspirado o 4 de Fevereiro.

(60) Boletim de Informações do Comando Chefe das Forças Armadas de Angola – citado por Lúcio Lara em História do MPLA – vol. I - p. 692: “em toda a acção houve as seguintes baixas: 1 - Do lado indígena, aproximadamente : Mortos 243; Feridos 96; Prisioneiros – grande número sendo quase todos postos em liberdade depois da conveniente preparação psicológica. 2 – Da 4ª Companhia de Caçadores Especiais: Mortos 2; Feridos sem gravidade 4”.

(61) Rebocho Vaz, futuro governador geral de Angola, no seu livro “Norte de Angola 1961. A verdade e os Mitos” escreve: “Os agentes da Cotonang, como reis absolutos, não permitem que os pretos se desloquem a outras zonas para irem amigar-se (juntar-se a uma mulher), ver a família que está doente ou tratarem daquilo que lhes é indispensável e humano, coagindo-os pela força. Como foi possível haver tanta incúria e tanta corrupção? E tanta impunidade? Como?” – citado por Afonso, A e Gomes, C.M em Os Anos da Guerra Colonial - p. 12-16.

Na madrugada de 10 de Fevereiro ainda 124 africanos entre os quais alguns dos sobreviventes do 4 de Fevereiro ameaçam as dependências de Administração Civil de São Paulo e da Companhia Indígena. Foram rechaçados deixando 22 mortos no terreno. 112 insurrectos capturados foram internados e torturados no Forte de São Pedro. Não foram instaurados processos. Presume-se que tenham sido eliminados⁶².

2 – O 15 de Março de 1961

De várias fontes, diplomáticas e legais, chegaram informações prevendo uma acção terrorista no norte de Angola, na região do Congo angolano. Tais informações não foram tomadas em consideração pelas autoridades.

Na noite do dia 15 de Março elementos da UPA cercaram e invadiram casas e aldeias dos fazendeiros no norte de Angola e postos administrativos onde os brancos e muitos dos seus empregados foram assassinados à catanada com extrema crueldade, sem poupar mulheres e crianças⁶³. A avaliação do número das vítimas varia com as referências: entre 400 a 1200 brancos e 6000 a 8000 negros. A mensagem política do jornal da UPA, que circulava há algum tempo no norte de Angola, insurgia-se contra o colonialismo. A UPA não forjara um programa político coerente nem mostrou capacidade para instalar uma administração nos territórios ocupados. Os seus dirigentes usaram o fetichismo para encorajar os militantes. Afirmavam que amuletos e feitiços transformavam as balas em água.

A pouco e pouco as forças armadas coloniais, auxiliadas por corpos de voluntários civis, foram retomando o controle das áreas destruídas. Durante várias semanas muitos colonos, isolados nas pequenas localidades do norte, com escassa ajuda militar, sentiram-se abandonados⁶⁴. Sob o efeito do pânico e do racismo, cconhecedores das mutilações no 15 de Março, responderam

(62) Afonso, A e Gomes, C.M. - Os Anos da Guerra Colonial - vol. 2 – p. 34-35.

(63) Emídio, F - Jonas Savimbi – p. 47-50.

(64) Os Anos da Guerra Colonial - Obra cit.– vol. 2 – p. 42-43. No 15 de Março na zona norte não existia nenhuma unidade militar. O potencial militar para fazer face em Angola à previsível agitação resumia-se a 7 companhias do exército, 5 das quais de tropas nativas, além de alguns vasos da Marinha e aeronaves.

Id. P. 57 - Durante 3 semanas Salazar não permitiu qualquer menção pública aos acontecimentos de 15 de Março.

ao terror com o terror. Alguns militares, administrativos e voluntários civis deixaram-se arrastar pelo ódio racial e massacraram um número elevado de nativos, muitas vezes com base em desconfiança.

Por seu lado a UPA amedrontava e punia os africanos que não apoiavam os seus métodos. Uma parte dos camponeses fugiu para o Congo ex-belga ou para as matas. Depois de os reforços militares reocuparem as povoações e abrirem as estradas intransitáveis em consequência das árvores derrubadas, o Alto Comando procurou recuperar as populações africanas. Deu início à chamada campanha psico-social para as convencer a reintegrar-se.

3 – Depois do 15 de Março

Botelho Moniz, ministro da Defesa, em contacto com a embaixada dos EUA e secundado por Chefes Militares tentou compelir o Presidente da República, Américo Thomaz, a demitir Salazar e a preparar a autodeterminação dos territórios ultramarinos. O golpe falhou e a 13 de Abril Salazar assenhoreou-se da pasta de Defesa proclamando: “Para Angola, rapidamente e em força”.

A UPA, professando conceitos tribalistas e racistas, quase sem intelectuais, era presidida por Holden Roberto. As diatribes de Holden na ONU contra os mestiços foram mal acolhidas. Teve de arrepiar caminho e admit-los na sua organização.

Alguns dos futuros dirigentes do MPLA tinham-se fixado em Conakry e em Setembro de 1961 o Comité Director do MPLA transferiu-se de Conakry para Léopoldville. UPA e MPLA entram rapidamente em conflito.

A UPA controlava as passagens do Norte para o Congo-Léopoldville e dominava as populações refugiadas ao longo da fronteira de Angola com o Congo ex-belga.

Em Março de 1962 Marcos Kassandra, chefe do Estado Maior da UPA, numa conferência de imprensa acusa a direcção de Holden de conduzir uma “luta fratricida”, de executar “massacres selvagens” contra o MPLA e de ser “tribalista”⁶⁵.

(65) Guerra, J. P. - Savimbi Vida e Morte – p. 25.

Para alargar a sua base de apoio a UPA absorveu o Partido Democrata de Angola (PDA), um pequeno partido regional e passou a designar-se FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola). Em 1962 Holden forma o GRAE (Governo Revolucionário de Angola no Exílio), reconhecido por vários países africanos, como a Argélia de Ben Bella.

A expulsão do MPLA da capital do Congo/Léopoldville (actual Kinshasa) não pôs fim ao MPLA porque praticamente ao mesmo tempo triunfou um golpe de Estado no país vizinho colocando Massenba Débat no poder. A partir de Brazzaville o MPLA criou uma guerrilha em Cabinda, converteu-a na II Região Militar e tentou infiltrar destacamentos no Congo-Leopoldville para chegar ao interior. Só o primeiro em Julho de 1966 conseguiu atingir a I Região Militar na área dos Dembos-Nambuango. O segundo em Março de 1967 foi dizimado pela FNLA e o terceiro em Junho de 1967 aprisionado e desarmado pelas autoridades do Congo/Leopoldville. Reconstituiu-se na Frente Leste, aberta em 1966 depois da independência da Zâmbia. Será posteriormente aniquilado pelas tropas portuguesas.

Em Angola a oposição sangrenta entre os 3 principais partidos – o MPLA, A FNLA e a UNITA (dissidência da FNLA em Julho de 1964, liderada por Savimbi) - afectou a luta pela independência. No MPLA a dissidência de Chipenda agravou as suas dificuldades no Leste⁶⁶. Depois do 25 de Abril emerge no MPLA uma terceira corrente de intelectuais contestando Neto, a Revolta Activa.

Em 1974, antes do 25 de Abril, o MPLA encontrava-se numa fase de retrocesso e os comandantes militares portugueses consideravam a guerra em Angola com optimismo. As negociações do MPLA para uma Frente com a FNLA em 1972⁶⁷ falharam. Na Frente Leste a guerrilha do MPLA esteve quase inactiva nos primeiros meses de 1974 com uma grande parte dos quadros e guerrilheiros acantonados na Zâmbia⁶⁸. A 1ª Região Militar, ao norte de Luanda, sobrevivia há muito sem abastecimento regular e a rota de Agostinho Neto entre o Leste (4ª Região) e a 1ª região fora cortada. Na maioria das cidades os

(66) Tali, J-M. M - “O MPLA perante si próprio” – p. 267.

(67) Afonso A. e Gomes, C.M. – obra cit. p. 108. Em 1973 Holden mandou prender todos os guerrilheiros do MPLA encontrados na sua área.

(68) Barradas, A - Agostinho Neto - Uma Vida Sem tréguas – p. 102.

colonos ignoravam a guerra. A Pide ufanava-se de dismantelar as redes de clandestinos nas cidades. No entanto a população indígena urbana constituía uma fonte inesgotável de mobilização para os nacionalistas.

Nos últimos anos antes de 1974 a FNLA reduziu substancialmente a sua atividade e a UNITA praticamente cessou de combater salvo contra o MPLA, tendo aliás negociado com as tropas portuguesas uma trégua tácita que se quebrou a 26 de Abril. A integração da UNITA no exército português chegou a ser ponderada. O MPLA foi afetado pela dissidência de Chipenda no Leste.

4 – Moçambique

A FRELIMO não passou pela luta impiedosa contra um movimento rival previamente instalado no terreno e com influência na população, nem pela hostilidade do maior país fronteiriço, nem esteve sujeita a graves conflitos internos. Passou por fases de rápida progressão e outras de dificuldades na penetração em certas regiões, mas a direcção manteve-se coesa, salvo raros dissidentes que se converteram ao colonialismo. O efeito da morte de Mondlane, seu presidente, em 1969, foi colmatado por Samora Machel.

A nomeação de Kaúlza de Arriaga para comandante-chefe das Forças Armadas em Moçambique assinalou a entrada em funções de um general partidário dos métodos dos estrategas que perderam as guerras na Indochina, na Argélia e no Vietname⁶⁹. Privilegiava o exercício do terror sobre as populações e patrocinou massacres divulgados na Europa - em Wiriyamu, Chawola e e Inhaminga -, relatados nas Nações Unidas e propagados por organizações religiosas⁷⁰. As suas operações implicaram enormes despesas. Desprezava o inimigo.

Ora enquanto atacava em Tete a guerrilha crescia no Niassa e avançava em Cabo Delgado. A sua acção de destruição das machambas (aldeias) em larga escala para que as populações deixassem de apoiar os guerrilheiros e se recolhessem aos aldeamentos cercados - a operação Fronteira - saldou-se por um fracasso por falta de meios. As unidades de elite, os Corpos Especiais, não deram os resultados previstos. A construção de Cabora-Bassa e da sua

(69) Afonso A. e Gomes, C.M. – obra cit - p. 450-459.

(70) Id. Obra cit. P. 456.

linha de transporte de energia eléctrica consumia enormes efectivos desguarnecendo outras frentes. A política inflexível de Kaúlza conduziu a “conflitos com sectores missionários católicos, por causa dos massacres” e à “revoltas de colonos mantidos na ilusão da vitória próxima por um discurso desfasado da realidade”⁷¹.

Quando Kaúlza foi substituído em 1973 já a FRELIMO se instalava em Manica e Sofala e a sua popularidade no sul era avassaladora.

5 – Guiné – Operação Mar verde

A luta armada na Guiné-Bissau iniciou-se a 23 de Janeiro de 1963.

A operação “Mar Verde”, uma iniciativa do capitão-tenente da Marinha Portuguesa Alpoim Calvão, recebeu o acordo do comandante-chefe das Forças Armadas na Guiné, general Spínola e do presidente do governo, Marcelo Caetano⁷². Os efectivos incluíam militares portugueses dos comandos e dos fuzileiros africanos, enquadrados por graduados, oficiais e sargentos europeus dos comandos, fuzileiros e pára-quedistas, num total de 250 homens e cerca de 150 elementos da oposição a Sekou Touré, presidente da Guiné-Conakry (ex-Guiné Francesa). Os ambiciosos objectivos consistiam em derrubar o presidente da Guiné e substituí-lo, capturar Amílcar Cabral, o principal líder do PAIGC, libertar os prisioneiros portugueses que se encontravam em Conakry, tomar o aeroporto e destruir os aviões Mig, desactivar a central eléctrica e ocupar a estação-rádio de onde se emitiria uma proclamação ao país.

Os invasores envergavam uniformes verdes, idênticos aos das Forças Armadas da Guiné Conakry. Desembarcaram na noite de 22 de Novembro de 1970 e afundaram as lanchas da Guiné com minas-lapa da África do Sul. O grupo que devia recuperar os prisioneiros portugueses conseguiu resgatar os 26 encarcerados. Os outros obectivos fracassaram : o palácio de Skou Touré foi assaltado mas o presidente ausentara-se. As instalações do PAIGC foram bombardeadas – o que prova que o objectivo não era raptar Amílcar Cabral mas liquidá-lo – pondo em fuga a esposa e as filhas. Amílcar Cabral encontrava-se em viagem. O aeroporto foi tomado, mas os aviões Mig não estavam lá.

(71) Id. P. 458.

(72) Id. P. 504.

A central eléctrica desactivada lançou a cidade na escuridão desorientando os invasores. O posto emissor não emitiu a declaração porque os assaltantes não atingiram a estação da rádio.

A PIDE/DGS que participara na preparação do golpe fornecera informações erradas. Os mapas para a operação inspiravam-se em folhetos turísticos desactualizados. Sekou Touré apresentou uma queixa contra Portugal nas Nações Unidas. Spínola e Marcelo Caetano envolveram-se numa aventura que agravou a imagem do regime português.

O assassinato de Amílcar Cabral em Janeiro de 1973 por um grupo de militantes do PAIGC sugeriu dissidências no Partido. O propalado antagonismo entre cabo-verdianos e guineenses motivaria ambições. Contra esta tese desvendaram-se as ligações dos chefes da conjura à PIDE/DGS e a autoridades portuguesas⁷³. O que é indesmentível é que a morte de Amílcar provocou a reacção de um Partido unido que recrudescer a sua actividade militar. O efeito dos mísseis Strella contra aviões desferiu o golpe decisivo na guerra entre o PAIGC e Portugal.

A polícia política nas colónias

Em 1954 o decreto nº 39749 cria um quadro da PIDE para as colónias de Angola, Moçambique e Guiné com um número de efectivos bastante limitado, que será progressivamente alargado até alcançar 56% dos efectivos globais. Em 1964 apenas 54% tinham a 4ª classe (instrução primária). A lei atribuía aos agentes as funções do juiz na instrução preparatória e de procurador do ministério público. Os vencimentos dos seus funcionários eram muito superiores aos das categorias equivalentes dos polícias de Segurança Pública. A PIDE dispunha de um orçamento que cresceu desmedidamente. Em Angola passou de 7062 contos em 1961 para 156976 em 1974. Em Moçambique de 19105 contos em 1962 para 143300 em 1974; na Guiné de 939 contos em 1962 para 8469 em 1974. Sem incluir subsídios e os vencimentos do pessoal dos quadros⁷⁴.

A Pide na Guerra Colonial desempenhou um papel relevante não só através das informações obtidas pela tortura, a chantagem, o medo e a corrupção,

(73) Mateus, D. C. - A Pide/DGS na Guerra Colonial – p. 455.

(74) Id. - p. 49.

mas até na luta armada, graças ao controle dos Flechas, um corpo de pisteiros e guerreiros que gozava de grande liberdade de acção, especialmente em Angola. Inicialmente os Flechas viviam do saque até que a Pide lhes fixou um salário. Em Moçambique e na Guiné este corpo militarizado teve menos acolhimento de alguns comandantes do exército.

Com os meios de que dispunha, a polícia política estendia as suas malhas pelos países vizinhos das colónias e conseguiu documentos secretos, incluindo fotografias e pormenores da vida dos dirigentes independentistas. Juntamente com as polícias secretas da Rodésia e da África do Sul montou operações no território moçambicano e da Guiné-Bissau e em vários países africanos⁷⁵.

Os seus métodos de tortura não conheciam limites. Nas colónias levavam muitas vezes à morte do interrogado e quase sempre à sua degradação física e psíquica. Depois de 1961 a imensa maioria dos africanos que a Pide encerrava nas prisões não foi submetidos a julgamento. Nove padres angolanos foram detidos e em seguida desterrados. Na Guiné o padre português Mário de Oliveira, capelão, foi julgado e absolvido. Os padres portugueses Teles Sampaio e Fernando Marques Mendes, condenados em 1973 não tiveram a mesma sorte. Em 1972 duzentos africanos, chefes de igrejas protestantes, foram barbaramente torturados e dois deles mortos.

A actividade da Pide em favor do colonialismo suscitou-lhe a simpatia da maioria dos colonos. Em Angola Rosa Coutinho na transição para a independência ordenou a detenção dos elementos de uma lista de 60 dos mais notórios torcionários. Nenhuma foi efectuada. Colonos encarregaram-se de os proteger.

Em Moçambique sobretudo em Agosto de 74 começaram os agentes presos a desaparecer. Do hospital. Das cadeias. Em Setembro escapam duzentos, provavelmente ajudados por colonos do Movimento Moçambique Livre. A Pide/DGS fixava residência aos suspeitos após um simples processo administrativo quando os considerava “não recuperados”.

Um exemplo: o Supremo Tribunal de Justiça pede ao juiz da comarca de Sotavento que averigue o caso de 3 angolanos. O Juiz confirma que se encontram no Campo do Tarrafal. O Supremo Tribunal declara as prisões ilegais

(75) Id. - Capítulo “As operações” - p 165-219 .



Guerra colonial: Imagem de a “ação civilizadora” do colonialismo em África.
Soldado exhibe para a fotografia uma cabeça cortada.



A guerra dos caçadores de cabeças:
“Um horror para a nossa causa”, comentou Marcelo Caetano.

e manda pôr os detidos em liberdade. Soares Carneiro, secretário-geral do governo de Angola, por despacho de 13 de Julho de 1973, determina o seu internamento no Campo de Concentração de São Nicolau⁷⁶.

Campos de concentração e principais prisões

Em 1968 a Cruz Vermelha Internacional visitou prisões e campos de concentração em Moçambique. Pediu esclarecimentos sobre a dimensão das celas, a alimentação, a higiene, a assistência médica, os recreios, as visitas da família, os regulamentos prisionais. A delegação questionou o número excessivo de presos na Ponta Mahone, e as queixas dos presos em Mabalane porque trabalhavam sem nada receber e eram frequentemente espancados. Celas de dezasseis metros quadrados superlotadas em Machava; dez sanitas para duzentos presos. O número de detidos referido foi: cerca de mil na Machava, 995 em Mabalane, 252 no Ibo, 164 em Tete, 27 em Porto Amélia, 22 em Vila Cabral e 12 em Quelimane. A Cruz Vermelha Internacional visitou o Campo de Concentração do Tarrafal onde em 1971 estariam 67 presos e, em 1974, 66.

Campo de Concentração do Tarrafal (Cabo Verde) - O Campo de Concentração do Chão Bom, situado no concelho de Tarrafal, na ilha de Santiago, foi recriado em Abril de 1961 depois do encerramento em 1954. A primeira leva de presos foi de 32 angolanos dos quais 3 vieram a falecer dadas as condições alimentares e sanitária. Em Setembro de 1965 chegaram ao campo 10 presos (9 acusados de filiação no MPLA e um na UPA).

107 angolanos e 109 guineenses -estes últimos entraram sem roupa- passaram pelo Tarrafal. Em 1967 vieram os primeiros cabo-verdianos. O governo de Moçambique recusou enviar os seus presos por considerar excessiva a contribuição pedida para manter o campo. Os angolanos viviam numa cela colectiva. Tinham cama, lençóis e cobertores e numa divisória um bacio para as necessidades. Numa pequena cela fronteira estavam 3 angolanos brancos. Para os castigos foi construída a “holandinha” que substituiu a “frigideira.” Em betão, com portas de ferro, reproduzia uma atmosfera de forno. Permitia-se uma hora e meia de recreio. O regime imposto aos guineenses era particularmente cruel tendo morrido alguns por privação de alimentos.

(76) Id. - P. 122.

António Cardoso, um dos angolanos brancos, esteve cerca de um ano na cela disciplinar, sem lençol nem sanita. “De manhã pegava nas fezes com as mãos e deitava-as fora”⁷⁷. Angola pagava 20\$00 por dia para cada preso, mas a Guiné apenas 5\$00. Por isso os guineenses só tinham uma refeição, sem pão. Só posteriormente lhes forneceram duas refeições diárias. Existia uma biblioteca expurgada de livros “inconvenientes” e escola. Entre os trabalhos obrigatórios figurava o transporte de pedras para um terreno e de novo o carregamento para o local de partida. Até 1970 estiveram proibidas as visitas aos cabo-verdianos.

Campo de Concentração de São Nicolau (Angola) - Situava-se a 140 km de Moçâmedes num território desértico. Agrupava três aldeamentos. Em S. Nicolau I, núcleo central, as camaratas tinham beliches e esteiras. S. Nicolau II era uma reserva de trabalho agrícola. Em S. Nicolau III, rodeado de arme farpado, os presos recebiam uma manta. Não tinham camas nem esteiras. Dormiam sentados, encostados uns aos outros. Um buraco servia de latrina. Nas “geleiras” o preso tinha de servir-se da água da sanita para beber. Alimentos escolhidos eram desviados para as figuras gradas de Moçâmedes. A partir de 1967 o Campo continha 800 a 1200 presos políticos. Espancamentos, violações, mutilações, execuções sumárias eram habituais.

Cadeia de Machava (Moçambique) - Em celas individuais chegavam a habitar 12 pessoas. Nas de 15 m² acumulavam-se mais de 60. Dormiam com os pés encostados à cabeça dos companheiros. Não havia camas, apenas esteiras. Alguns guardas comportavam-se com alguma humanidade. Os pavilhões 8 e 9 que o delegado da Cruz Vermelha quis visitar foram esvaziados antes. O inspector da Pide declarou que em 1967 estavam internados uns mil presos e em 1969 uns dois mil. Eram conhecidos os pavilhões da morte dos quais raramente o preso saía vivo. Muitos morreram de fome. Os percevejos e os mosquitos atormentavam os presos de noite. Com a fachada marcelista a Pide obrigou os presos a colaborar no jornal da prisão, “O Ressurgimento”.

Cadeia de S. Paulo (Luanda) - As celas individuais não tinham água corrente. Os presos lavavam a cara e bebiam a água da sanita. Abundavam os insectos parasitas. Os presos queixaram-se ao delegado da Cruz Vermelha de torturas durante os interrogatórios.

(77) Id. - P. 129.

Prisão de Sommerchild (Moçambique) - As celas individuais não tinham lavatório nem sanita. Os presos faziam as necessidades numa lata despejada pela manhã. Quando a cadeia recebeu os primeiros presos políticos existiam camas, colchões de espuma e lençóis. Em breve desapareceram as camas. Os presos contaram que depararam aqui com guardas simpatizantes da Frelimo que os informavam. No entanto, se os chefes ordenavam, não hesitavam em espancar, inclusive mulheres, uma das quais morreu.

Campo de Concentração de Missombo (Angola) - Muito vasto, foi instalado numa zona do Cuando Cubango onde as temperaturas variam fortemente durante as 24 h. Distinguiam-se 4 acampamentos principais. A Pide não confiava no diretor do campo porque “era recuperador e bondoso em muitos casos”. A polícia acabou por permitir que as mulheres e crianças se juntassem aos maridos em casas de pau a pique. O campo chegou a albergar 2500 presos. Para aprender a ler, os presos subtraíam pedaços de jornal da sanita dos guardas. Um fugitivo capturado foi queimado com água a ferver e deixado numa baliza como “guarda-redes” até morrer. Em Agosto de 1966 com a aproximação da guerrilha do MPLA os presos foram transferidos para S. Nicolau.

Campo de Trabalho de Mabalane (Moçambique) - Construído a 500 km de Lourenço Marques numa região desabitada. Fora concebido para “populações pacíficas recuperadas”, do norte. Não havia camas e apenas um cobertor fino. Segundo uma testemunha, em 1965 a Pide vendeu à Judiciária 1008 presos para trabalharem nas plantações⁷⁸. Os presos de Mabalane estavam detidos ao abrigo de medidas administrativas e nunca foram julgados. Trabalhavam na agricultura sem salário.

Fortaleza de S. Pedro da Barra (Angola) - Em Luanda, perto do porto. Chegou a albergar 1500 presos. Nas celas em que só cabia uma centena, a Pide acumulava 500 ou 600. Sucedia que no dia seguinte, quando abriam as portas, jaziam no chão corpos sem vida, por esmagamento e asfixia. Morriam e ficavam de pé, por falta de espaço. Em 12 de Maio de 1961 a polícia reuniu 110 presos e fuzilou-os.

Fortaleza de Ibo (Moçambique) - No norte de Moçambique na ilha de Ibo. Nas celas repletas os presos dormiam de pé, comprimidos, ou sentados com as pernas dobradas. A comida, escassa e repugnante, era depositada no chão

(78) Id. - P. 149.

ou na roupa do preso. Os tambores para as fezes depois de despejados serviam para o transporte de água de beber. Para o banho passavam por um caminho onde espinhos tinham sido enterrados. Em redor os guardas espancavam-nos. Todos os dias surgiam cadáveres, esmagados nas celas ou vítimas de torturas. Um parapeito de onde os torturados se suicidavam foi fechado.

Campo de Trabalho da Ilha das Galinhas (Guiné) - No arquipélago de Bijagós internaram aqui mais de cem presos políticos. Em meados de 1969 transferiram para este Campo os últimos guineenses do Tarrafal. Aqui foram espancados até à morte alguns detidos.

Além das referidas prisões citam-se em Angola a Colónia Penal do Bié, o Campo de Ambrizete, a Cadeia de Cacuaco, a Cadeia Comarcã, a Casa de Reclusão Militar em Luanda e um lugar de detenção na Foz do Cunene. Em 1964 os arquivos mencionam a presença de desterrados na Baía dos Tigres (473), Moçâmedes (158), Iona (25), Porto Alexandre (18) e Virei (1). Em Moçambique assinalam-se outros locais de encarceramento e tortura : a Ponta Mahone e as prisões de Nampula, Quelimane, Beira e Tete, e na Guiné os postos policiais.

Forças portuguesas em combate

| | Angola | Guiné | Moçambique |
|-----------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| Homens ⁷⁹ | 70000 | 42000 | 57000 |
| Aviões | 94 (38 armados) | 39 (35 armados) | 99 (50 armados) |
| Helicópteros | 45 | 18 | 36 |
| Navios | 8 | 8 | 4 |
| Lanchas de desembarque | 16 | 13 | 8 |
| Guerrilheiros ⁸⁰ | 6500 | 7000 | 6500 |

(quadro modificado - p. 15 e p. 168 de Guerra Colonial -Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes- 1º ed. Diário de Notícias, 2000).

(79) Efectivos máximos aproximados do Exército, Marinha e Força Aérea de Portugal e tropas locais subordinadas ao comando português.

(80) Estimativas dos serviços de informação militar portugueses: MPLA (4500); UPA/FNLA (1500); UNITA (500). PAIGC. A este número há que adicionar 1500 a 2000 milicianos armados.

Estes números são indicativos de uma realidade que variou ao longo dos anos⁸¹. Não houve acesso a fontes que confirmem os efectivos dos guerrilheiros. Dos 7000 combatentes do PAIGC, 4100 integrariam o exército popular e 2900 as forças armadas locais. No exército português a unidade básica era constituída pela companhia de caçadores, com até 170 homens organizados em 4 grupos de combate, dirigida em geral por um capitão. Na organização dos guerrilheiros o grupo de base designado por patrulha, grupo e bigrupo compunha-se de 10 a 40 efectivos. Na Guiné e e Moçambique, o PAIGC e a FRELIMO chegaram a actuar com unidades comparáveis aos batalhões portugueses ou seja com efectivos da ordem dos 600 elementos.

Quanto ao armamento ligeiro o MPLA, o PAIGC e a FRELIMO estavam equipados com armas essencialmente de fabrico soviético e algumas metralhadoras ligeiras inglesas (Bren), alemãs (Borsig), checoslovacas (M52), enquanto as forças armadas portuguesas se serviram do material NATO da II Guerra Mundial até que o substituíram por outro alemão, francês, italiano (Mercedes e Berliet nas viaturas; Alouette e Fiat G-91 nas aeronaves; G-3 e HK-21 nas armas individuais)⁸². A UPA/FNLA empregou armas de origem diversa em grande parte obtidas por cedência do governo do Congo Kinshasa. A UNITA debatia-se com dificuldades em armamento. Chegou a empregar armas chinesas num período inicial.

Contudo, à medida que a guerra prosseguia os movimentos de libertação, em particular o PAIGC e a FRELIMO, receberam armas ligeiras do tipo mais recente de que se dotavam os exércitos do Pacto de Varsóvia, como o lança-granadas-foguete soviético RPG-7 de 4 cm, superior à bazuca 8.9 americana, e o canhão sem recuo checoslovaco T-2 de 8.2 cm. O morteiro soviético de 12 cm e o lança-foguetes de 122 mm não tinham equivalente do lado português. Após 1968 a situação não deixou de se agravar e a partir de 1970 pode dizer-se que o PAIGC e a FRELIMO se encontravam em superioridade relativamente às forças portuguesas⁸³.

(81) A. Afonso e Gomes, C.M. – Os Anos da Guerra Colonial – na pág. 176 são indicados os números de aeronaves atribuídas e disponíveis T-6, DO-27, C-47 (Dakota) , G-91 (Fiat), C-45, Nord-Atlas, PV-2, F-84, AL-III (helicóptero Alouette), SA330 (heli Puma) em Angola (1972), Moçambique (1973), Guiné (1974).

(82) Id. p. 114.

(83) Id. p- 115.

Em Outubro de 1968 o general Spínola esquematizava as diferenças entre uma companhia de caçadores de 120 homens e um bigrupo do PAIGC de 40 homens. O armamento deste para um terço dos homens era francamente superior⁸⁴:

| | Metralhadoras ligeiras | Lança-foguetes | Metralhadotas pesadas | Morteiros |
|---------------|---------------------------|----------------|--------------------------|----------------|
| Companhia | 3 | 4 | - | 2 de 60 mm |
| Bigrupo PAIGC | 4 a 6 | 2 a 6 | 2 a 4 | 2 a 4 de 82 mm |

Os três movimentos nacionalistas mais bem armados dispunham como arma individual da espingarda automática Kalashnikov cuja equivalente americana, a G-3, lhe é inferior em matéria de peso, comprimento, cadência máxima de tiro, capacidade do carregador de munições e frequência de avarias⁸⁵. Para detectar a grande variedade de minas, inclusive aquáticas na Guiné, as forças portuguesas dispunham de meios artesanais. Só muito tarde receberam detectores modernos.

Além das metralhadoras pesadas adaptadas ao tiro antiaéreo, quer a FRELIMO quer o PALGC, possuíam metralhadoras quadrúpulas de 14.5 mm com as quais atingiram e abateram aeronaves portuguesas na Guiné e em Moçambique. Esta situação conheceu um súbito agravamento com o recrudescimento da actividade do PAIGC depois da morte de Amílcar Cabral em Janeiro de 1973, culminando no aparecimento do míssil terra-ar Strella. Mas não foi só esta poderosa arma que modificou o potencial relativo das forças em presença. Surgiram do lado do PAIGC unidades tácticas de grupos especiais e foram introduzidas peças de 85 mm e 130 mm, foguetões de 122 mm e morteiros de 120 mm de longo alcance.

Desde 1972 foram assinaladas no PAIG armas como o canhão 85 mm D-44 com um alcance de 15.7 km; antiaéreas soviéticas ZPU de 1, 2 e 4 canos; lançador múltiplo de foguetões BX-10, metralhadoras pesadas Vladimirov de 14.5 mm, canhão sem recuo SPG-82. Pela primeira vez foram referidas viaturas an-

(84) Id. P - 114.

(85) Id. p. 266 e 115.

fíbias PT-76 e BTR-40-P e mesmo carros de combate BTR 152 e T-34. Existiriam 4 aviões de bombardeamento⁸⁶.

Embora esporadicamente, o MPLA realizou flagelações e ataques a aquartelamentos portugueses utilizando morteiros, canhões sem recuo e armas ligeiras. Armas mais utilizadas pelo MPLA: pistola Tukarev, pistola-metralhadora 9 mm M/25, pistola-metralhadora 7.62 mm PPSH, espingarda semiautomática Simonov, espingarda automática Kalashnikov, metralhadoras ligeiras e pesadas, morteiro de 82 mm. O lança-granadas-foguete aparece cerca de 1970 num ataque no Cuando-Cubango⁸⁷.

Armamento típico de um grupo do MPLA : metralhadora ligeira, 1; espingarda Simonov, 4 a 6; espingarda Mauser, Kalashnikov ou carabina Steyer, 3 a 4; pistola metralhadora M25, 4 a 6.

O ELNA, Exército de Libertação Nacional de Angola, era a organização armada da UPA/FNLA. Depois da contraofensiva portuguesa na sequência dos acontecimentos do 15 de Março retirou a maior parte dos seus efectivos para o Zaire mantendo pequenos núcleos de guerrilheiros na região dos Dembos. Reorganizou-se com apoio do exército congolês e da Argélia.

Financiado por fundos americanos aprovisionou-se em armas do Leste europeu. Realizou as primeiras acções militares no Leste de Angola em 19 de Maio de 1968 com o objectivo de localizar os grupos do MPLA e da UNITA e de reconhecer as posições das tropas portuguesas. Os grupos de guerrilheiros do ELNA variavam com as missões : para entrar em Angola 15 a 30 guerrilheiros e 150 carregadores; grupos de caça e pesca: 10 a 20 homens com um mínimo de armas; grupos de emboscada : 10 a 20 homens com armas automáticas; grupos de colocação de minas: 3 a 5 homens. Cada quartel dispunha do seguinte armamento: espingardas Simonov, 20; espingardas Kalashnikov, 20; pistolas, 15; morteiros de 60, 4; morteiros de 81, 2; Lança-Granadas-foguete, 4⁸⁸.

A UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), apenas actuou no Leste de Angola. A sua primeira acção de relevo foi o ataque à cidade de Teixeira de Sousa no Natal de 1966 onde perdeu perto de 300

(86) Id. - P. 105.

(87) Id. P. 142-145.

(88) Id. P. 145-146.

homens, a maioria armada de pedras e feitiços. O armamento dos grupos da UNITA reduzia-se a armas gentílicas e muito poucas armas modernas. Entre a UNITA e o MPLA travaram-se violentos combates em que o MPLA quase sempre levou a melhor.

A entrada da FNLA no Leste traduziu-se na fuga de elementos da UNITA para o ELNA. Em 1971 Savimbi exigiu um tributo mensal de 2000\$00 a madeireiros do Moxico para consentir que cortassem madeira no seu território. Através desse contacto desenvolveu-se a hipótese da cooperação da UNITA com as tropas portuguesas na luta contra o MPLA e a UPA. Savimbi recebeu ocasional assistência médica pessoal de militares portugueses. A sua integração nas forças armadas portuguesas tomava forma quando em 1973 os comandantes militares portugueses em Angola foram substituídos⁸⁹. No dia 26 de Abril de 1974 Savimbi retomou as operações contra as tropas portuguesas no Alto Cuíto com uma emboscada devastadora⁹⁰.

Em 25 de Setembro de 1964 a FRELIMO inicia a luta armada com 250 homens armados. Em 1965 forma as primeiras companhias que em 1966 se transformam em batalhões. Um batalhão da FRELIMO com 500 homens consistia em companhias de 164 homens, por sua vez divididas em pelotões de 49 homens. Os pelotões subdividiam-se em secções de 15 homens e estas em grupos de 3 homens armados de espingardas automáticas ou de repetição⁹¹.

Baixas

Não há conhecimento de estimativas seguras das baixas infligidas às tropas nacionalistas e às populações das colónias. Todavia, dada a capacidade ofensiva das tropas portuguesas, seja através de bombardeamentos com napalme e outros tipos de bombas, além dos desfoliantes, seja da acção repressiva que por vezes se traduziu em massacres dos quais apenas alguns, confirmados pelos testemunhos de padres, tiveram repercussão internacional como o de Wiriyamu em Tete, é de presumir que as baixas entre a população civil e os guerrilheiros nas colónias em guerra tenham atingido números muito

(89) Id. P. 146-147.

(90) Guerra, J. P - Savimbi – Vida e Morte - p. 77.

(91) Aniceto, A. E Gomes, C. M. - Obra cit - p. 170.

elevados. A estes há que acrescentar os resultados de interrogatório e encarceramento em que a PIDE, certos administrativos e colonos, causaram um número indeterminado de mortes, certamente da ordem de muitos milhares.

Mortos das Forças Armadas portuguesa em Angola, Guiné e Moçambique (1961-74)⁹².

| Em combate | Por acidente com armas de fogo | Por acidente de viação | Por outras causas | Soma |
|------------|--------------------------------|------------------------|-------------------|------|
| 4027 | 785 | 1480 | 1998 | 8290 |

Deficiências adquiridas por militares portugueses nos teatros de guerra (61-74)⁹³.

| Tipo | Angola | Guiné | Moçambique | Instrução para a guerra | Acidentes/ doenças No serviço militar sem nexo de causalidade | Total |
|-------------------|--------|-------|------------|-------------------------|---|-------|
| Amputados | 480 | 540 | 697 | 117 | 18 | 1852 |
| Cegos e amblíopes | 15 | 22 | 15 | 6 | 12 | 70 |
| Cegueira parcial | 190 | 167 | 119 | 129 | 10 | 615 |

(92) Id. Obra cit. – resumo do quadro da p. 528. Nem sempre foi possível transportar os mortos para as sedes das unidades. Nos primeiros anos o transporte para a metrópole era pago pelos familiares, situação corrigida mais tarde. Os feridos eram habitualmente evacuados de helicóptero. Os guerrilheiros não eram considerados prisioneiros de guerra mas criminosos de delito comum, interrogados e entregues à Pide – Obra cit.- P. 526-532.

(93) Id. Obra cit. – quadro da P. 568.

| | | | | | | |
|---------------------|------|------|------|------|-----|-------|
| Outras (visuais) | 66 | 69 | 57 | 52 | 4 | 248 |
| Paraplegias | 71 | 41 | 39 | 55 | 14 | 220 |
| Surdez total | 11 | 18 | 14 | 6 | 0 | 49 |
| Surdez parcial | 115 | 133 | 90 | 38 | 7 | 383 |
| Outras (auditivas) | 29 | 35 | 32 | 30 | 2 | 128 |
| Doenças mentais | 223 | 194 | 151 | 55 | 560 | 1183 |
| Lesões orgânicas | 482 | 392 | 288 | 412 | 46 | 1620 |
| Fracturas múltiplas | 1440 | 826 | 927 | 983 | 57 | 4233 |
| Outras lesões | 1562 | 1393 | 1026 | 860 | 65 | 4906 |
| Subtotais | 4684 | 3830 | 3455 | 2743 | 795 | 15507 |

A este quadro deve somar-se a síndrome do stress pós-traumático. O dr. Afonso de Albuquerque, psiquiatra que se ocupou de alguns destes casos, estimou o seu número em 150000 no total de 800000 militares envolvidos na guerra, ou seja 19%.

Enfim, em paralelo às baixas há que salientar o elevado número de jovens que faltavam às inspecções militares atravessando “a salto” isto é, ilegalmente, a fronteira com a Espanha. Procuravam trabalho e asilo em França, sobretudo, e noutros países europeus ou americanos. O número avançado por estudiosos da matéria orça pelos 200000 (20% dos convocados).

O número de refractários, ou seja, dos que foram inspeccionados, mas que desapareceram antes da incorporação, oscilaria entre os 10000 e os 20000.

Enfim o dos desertores, portanto já ingressados nas Forças armadas, mas que saíram irregularmente delas, seria inferior a 9000⁹⁴.

A proclamação das Independências depois do 25 de Abril

Entre 1965 e 1970 as despesas com a guerra absorveram uma média de 8.1% do PNB (Produto Nacional Bruto) português⁹⁵. As colónias participavam nesse esforço. Em 1965 calculou-se que o custo diário médio de um combatente era de 105\$00 na Guiné, 115\$00 em Angola e 125\$00 em Moçambique. A fatia da defesa nacional no orçamento do Estado passou de 21% em 1960 para cerca de 32% em 1962 e manteve-se à volta dos 30 % até ao fim da década⁹⁶. As despesas extraordinárias das Forças Armadas, (isto é, as devidas a circunstâncias excepcionais), atingiram 43% das despesas extraordinárias do Estado, diminuindo depois, mas nunca para baixo de 28%, até ao fim da guerra. O custo da guerra comprometia o desenvolvimento de Portugal.

Ao fim de muitos anos de guerra o desgaste penetrou nas Forças Armadas, sobretudo nos oficiais de nível intermédio sobre quem recaía o peso da guerra em sucessivas comissões e que verificavam as dificuldades crescentes. A consciência de que se travava um combate sem perspectivas de vitória, salvo talvez em Angola, além da reprovação da opinião nacional e internacional e da falência de um regime antidemocrático criaram as condições para, a pretexto de concessões aos oficiais milicianos integrados no quadro permanente, explodir a onda de rejeição do regime em muitos oficiais concretizada no 25 de Abril, um golpe de estado rapidamente transformado em insurreição popular pela adesão maciça dos portugueses.

A independência das colónias, a democracia e o desenvolvimento de Portugal foram o inevitável corolário do 25 de Abril cumprindo o lema do Movimento das Forças Armadas.

(94) Cardina, Miguel - A deserção e a guerra colonial: História, Memória e Política – p. 181-204.

(95) Newitt, Malyn – A História de Moçambique , p. 461.

(96) Aniceto A. E Gomes, C.M. obra cit. – pp. 522-523.

BIBLIOGRAFIA

- Afonso, Aniceto; Gomes, Carlos Matos – Os Anos da Guerra Colonial – 1ª ed. - Diário de Notícias – vol. 2 – 2000.
- Amaro, José (organização) – Massacres na Guerra Colonial - Tete, um exemplo – ed. Ulmeiro - 1976.
- Barradas, Acácio - Agostinho Neto – Uma Vida sem Tréguas – ed. AAA – 2005.
- Cardina Miguel – A desertão e a Guerra Colonial – Rev. H. Ideias, vol 38, 2ª s. -2020.
- Castro, Armando de – O Sistema Colonial Português em África (meados do século XX) – 2ª ed. Caminho – 1980.
- Cooper, Frederick – Histórias de África - edições 70 - 2016.
- Cruz, Elisabeth Ceita Vera – O Estatuto do Indigenato – ed. Novo Imbondeiro – 2005.
- Davidson, Basil – Mão Negra - ed. Livraria Sá da Costa, 1981
- Dilolwa, Carlos Rocha – Contribuição à História Económica de Angola – I.N.A. – 1978.
- Fernando, Emídio – Jonas Savimbi – Publicações Dom Quixote – 2012.
- Guerra, João Paulo – Savimbi Vida e Morte – ed. Bertrand – 2002.
- Lara, Lúcio – História do MPLA (até Fev. 1961) – Publicações Dom Quixote - 1999.
- Marques, A. H. de Oliveira (coordenação) – O Império Africano – XI - séc. XIX e XX – Editorial Estampa - 2001.
- Marques, João Pedro – Portugal e a escravatura dos Africanos – ICS – 2004.
- Mateus, Dalila Cabrita – A PIDE/DGS na Guerra Colonial 1961-1974 – ed. Terramar – 2004.
- Newitt, Malyn – História de Moçambique – Publicações Europa-América, 1997.
- Pélissier, René – História da Guiné – editorial Estampa – 1997.
- Ramos de Almeida, Pedro – História do Colonialismo Português em África – vol. III – século XX – Editorial Estampa – 1979.
- Silva, Botelho da (coordenador) – “Dossier” Goa – Vassalo e Silva – ed. Liber -1975.
- Tali, Jean-Michel Mabeko – O MPLA perante si próprio (1962-1977), 1º vol. - Editorial Nzila, 2001.